

A ELITE AGRÁRIA COMO AGENTE DO DESENVOLVIMENTO URBANO NO SÉCULO XIX ATRAVÉS DO CASO DE JACAREHÝ

João Pedro de Oliveira Souza (IC) Roseli Maria Martins D'Elboux (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar, através do caso de Jacareí, qual é a relação entre a elite agrária e a produção do espaço urbano no Vale do Paraíba, na segunda metade do século XIX. Para tanto, a pesquisa analisa duas obras em específico: mudança do leito do Rio Paraíba do Sul e a construção de uma ponte sobre este rio. Essas duas obras, conforme será apresentado, estão intimamente ligadas à atuação política do maior proprietário de terras do norte paulista, o Alferes Gomes Leitão. A partir de uma leitura cronológica e cartográfica, evidencia-se como a organização do espaço público está intimamente ligado a interesses particulares de uma parcela da população no período abordado.

Palavras-chave: Elite agrária. Café. Urbanização.

ABSTRACT

This research objective is to analyze, through the case of Jacareí, which is the relationship of agrarian elite and urban space production on Vale do Paraíba, during the second half of 19th century. To do so, the research analyzes two specific buildings: the change on the river Paraíba do Sul riverbed, and the construction of a bridge upon it. These two buildings are, as it will be presented, are closely attached to the political performance of the largest landowner in the north of Sao Paulo. From a chronological and cartographic reading, it is evident how the management of the public space is closely attached to private interests of a population portion during covered period.

Keywords: Agrarian elite. Coffee. Urbanization.

1. INTRODUÇÃO: JACAREHÝ¹, DA FUNDAÇÃO AO SÉCULO. XIX.

Segundo Tirapelli (2015), o Vale do Paraíba, local de assentamento do município de Jacareí, está localizado entre as capitais paulista e carioca, sendo uma das partes mais prósperas do estado de São Paulo em termos econômicos e sociais. O crescimento dessa região foi condição *sine qua non* para o desenvolvimento histórico da arquitetura e do urbanismo brasileiro. Sua origem urbana tem início em meados do século XVII, quando Portugal vinha estabelecendo uma política “que consistia em estimular indiretamente a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários [...]. Deixando a organização espacial daquelas a critério dos donatários e seus representantes”. (GOULART, 2000, p. 68-69). Para Müller, N. L. (1969), o movimento de urbanização que se iniciou no séc. XVII só pode ser explicado por mudanças nas infraestruturas socioeconômicas. As mudanças a que a autora se refere, no caso valeparaibano podem ser colocadas em três grandes ciclos de desenvolvimento da região: os caminhos para mineração, o ciclo do café, e a industrialização iniciada no final do séc. XIX. Em relação a esse primeiro ciclo, D’Elboux (2004) pontua que o Vale do Paraíba conheceu grande desenvolvimento devido a sua localização estratégica para a travessia da Serra da Mantiqueira. Nesse período foram nascendo pequenas aglomerações que marcavam o caminho para as “minas gerais”. A formação desses núcleos urbanos se dava a partir de desbravadores que normalmente partiam de São Paulo ou de Mogi das Cruzes.

Com a decadência do período aurífero, no apagar das luzes do último quartel do séc. XVIII, os núcleos urbanos que configuraram o Vale e que deram subsídios ao desenvolvimento mineiro, passaram a perder o seu caráter de abastecedor das minas. Entra em curso o segundo ciclo, a que Müller, N. L. (1969) se refere. A autora afirma que, nesse momento, a configuração dos núcleos urbanos incipientes encontrava-se em uma nova situação: mesmo que modestamente, produziu-se um certo excedente de capital durante a primeira fase de formação e a procura por uma nova forma de subsistência em decorrência da queda da produção de ouro tornou-se prima necessidade. Segundo Lemos (1999), a introdução da café marca profundamente a região e é justamente nesse período que os núcleos urbanos surgidos no período colonial, muitos já elevados a vila, começaram a apresentar contornos mais definidos e, de fato, urbanos.

¹ Segundo Prado (2018), o primeiro nome da localidade era “Villa de Nossa Senhora da Conceição da Parahyba de Jacarehy”. Não é sabido ao certo quando o nome passou a ser grafado apenas como Jacarehý, devido ao uso popular. O autor salienta apenas que no ano de 1943, após um acordo ortográfico a designação foi alterada para Jacareí.

O café foi um verdadeiro divisor de águas na vida cultural em geral e na civilização material em particular de São Paulo. Todas as coisas e fatos podem simplesmente ser classificadas como sendo anteriores ou posteriores à chegada do ouro verde. Antes a colônia pobre e caipira; depois, a província riquíssima. A abundância irreversível alterou para sempre as relações necessárias até então vigentes entre o “saber-fazer” local e os recursos que o meio ambiente oferecia. A arquitetura decorrente das soluções paravernaculares bandeiristas foi substituída pelas construções inspiradas pelo mais recente gosto europeu. (LEMOS, 1999, p.134)

Quanto a Jacareí, era uma das únicas vilas existentes na região, até meados do séc. XVII, juntamente com Taubaté e Guaratinguetá. Segundo Hollanda,

É diretamente de São Paulo, não é de Moji [sic], que saem os primeiros povoadores brancos e mamelucos do sertão do Paraíba paulista, onde, em rápida sucessão, em verdade rapidíssima para a época e para a aspereza daqueles lugares, se vão semeando núcleos de povoamento. A viva sedução exercida em dado momento por toda a área, já livre da barreira indígena, ou a preocupação dos novos governos em mandar ocupá-la definitivamente, nela instalando órgãos locais de poder, tal como fora feito em Moji das Cruzes, explica a atribuição de autonomia municipal a esses núcleos com ereção dos pelourinhos que a simbolizam. Seguem assim as vilas de Taubaté em 1643, em 1651 Guaratinguetá, e em 1653 de Jacareí. (HOLLANDA, 1975, p. 27)

A origem do povoado de Jacareí, contudo, ainda permanece incerta. Como visto no texto de Hollanda (1975), o núcleo surge a partir de São Paulo, mas existem aqueles que defendem outra hipótese. Segundo Müller, N. L. (1969), a fundação do povoado de Jacareí em 1653 tem origem secular, a partir do tráfego e estada de mineiros, boiadeiros e mercadores que saíam de Mogi das Cruzes e cruzavam aquela região:

Conforme reza a tradição, aceita por diversos historiadores, Jacareí foi fundada em 1653 pelo paulista Antônio Afonso e seus filhos; no entanto, algumas dúvidas pairam a respeito, já que no livro de carta foral da criação da vila de N. Sra. da Conceição do Paraíba de Jacarehy quem figura como requerente não é Antônio Afonso, mas Diogo de Fontes, que parece ser cidadão de Mogi das Cruzes [...]. (MÜLLER, Nice Lecocq., 1969, p. 17)

Passado o grande ciclo aurífero e com a introdução da monocultura da rubiácea, Jacareí foi peça-chave para a produção cafeeira. Segundo Goulart (2000), a vida e o espaço urbano estavam organizados de modo a atender à solicitação da classe dos produtores rurais, que por muitas vezes subordinavam ou constituíam os órgãos locais de administração, as câmaras. Desde o início, portanto, constata-se que o arranjo urbano estava a cabo de uma

parcela muito específica dos residentes. Passando pela recém elevada cidade de Jacareí em 1849, o jornalista e escritor português Augusto Emílio Zaluar escreveu:

O que é mais notável salta à vista a quem, passando algumas poucas ruas, entra no largo principal [...] o magnífico palacete do Sr. Barão de Santa Branca que ocupa uma das faces inteiras desta não pequena e bem edificada praça. Esta povoação conservou-se por muito tempo em atraso, até que nestes últimos anos, pelo desenvolvimento de sua lavoura, e por consequência de seu comércio, tornando-se mais numerosos seus habitantes, foi elevada a cidade, e muito tem prosperado e desenvolvido tanto no progresso moral como no seu aformoseamento material. (ZALUAR, 1949, p. 175-176)

Nesse contexto, o fenômeno ocorrido em Jacareí durante a segunda metade do XIX é tomado como alvo de investigação uma vez que seu desenvolvimento nesse período determinou muito da conformação urbana atual. A pesquisa propõe-se a investigar, tomando Jacareí como estudo de caso, quais foram os elementos que estruturaram o crescimento urbano das cidades do Vale do Paraíba, durante o século XIX, mais especificamente entre as décadas de 1850 a 1890, e averiguar qual a relação entre o desenvolvimento do tecido urbano e as ações de uma elite recém estabelecida graças as riquezas oriundas do plantio e comercialização do café. Para tanto a pesquisa lança mão de bibliografias que abordem a temática tanto em âmbito regional quanto especificamente sobre o município, buscando entender qual é o interesse que essa nova elite tinha sobre o território urbano e através de que meios atuava sobre as decisões citadinas. Além disso tem como intuito verificar a disputa de poder local entre as famílias mais influentes e como elas interagiam entre si sobre a produção do espaço urbano. É tido como hipótese que esse processo pode ter ocorrido através de três tipos de investimentos: incremento em edifícios públicos ou religiosos, a construção de palacetes, a implantação de melhorias urbanas, tais como introdução de calçamentos, jardins públicos, praças e iluminação pública, por exemplo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender o processo de transformação evidenciado em Jacareí durante o ciclo do café, lançou-se mão de uma série de autores que tratam, num âmbito maior, da formação das cidades brasileiras, tais como Hollanda (1975), Lemos (1999), Villaça (2001), Marx (1998), Goulart Filho (2000) e Dias de Andrade (1984). No plano teórico, Aldo Rossi (1966) contribui para compreensão de que a cidade é uma grande representação humana, logo reflexo temporal daqueles que a habitam. Ele pontua que a cidade é, por si mesma, depositária de sua própria história e tradição “As cidades são o texto dessa história [a história daqueles que a habitam]; ninguém pode estudar os fenômenos urbanos sem se colocar esse problema” (ROSSI, 1966, p.193). Nessa mesma linha de pensamento da construção coletiva da cidade,

Flávio Villaça (2001) também colabora, ponderando que, mesmo sendo fruto do coletivo, ao longo da história a cidade foi ditada pelas camadas sociais dominantes. Assim, os investimentos destinados à infraestrutura vêm sendo ao longo de nossa história destinados às elites. Isso é reiterado por Marx, quando declara:

A cidade se calça em normas que regulamentam as condutas, as atividades, as relações, que se conformam a moldura em que se dá o convívio de todos. Normas que são cumpridas ou burladas, provavelmente mais burladas que cumpridas, mas que, por isso mesmo, exprimem os interesses distintos, por vezes conflitantes de seus moradores. Criação coletiva, o espaço urbano se faz segundo tais regras, apesar dela ou contra elas. (MARX, 1999, p.42)

Há uma gama de estudos históricos sobre o Vale do Paraíba, tais como os de Lemos (1999), Dias de Andrade (1984), Benincasa (2007), Mota Sobrinho (1967) e D'Elboux (2008) que contribuem para a análise abrangente de aspectos de toda região. Segundo D'Elboux (2008), foi justamente o baronato que atuou junto às sociedades vale-paraibanas melhorando suas infraestruturas urbanas e sendo responsável pela difusão de um “novo gosto europeizado”. Já em relação a produção específica de bibliografia sobre o município de Jacareí dispõe de alguns estudiosos, tais como Müller (1969), Lencioni (2015), Patrocínio (2012), Prado (2018), e Luna (1988) que contribuem para entender as mudanças pelas quais Jacareí passou na segunda metade do século XIX. Esses autores, majoritariamente, abordam questões do desenvolvimento histórico da cidade sob um viés antropológico, possibilitando um entendimento holístico da sociedade jacareiense, entretanto sendo necessário um confronto entre eventos abordados e o tecido urbano.

3. METODOLOGIA

Tomando Jacareí como estudo de caso, a presente pesquisa se deu a partir de um método dedutivo no qual a premissa pré-estabelecida foi que a elite do café ordenou a produção urbana em Jacareí no decorrer do séc. XIX. A primeira etapa consistiu na busca de material bibliográfico e iconográfico junto ao Arquivo Público Histórico de Jacareí (APHJ), Acervo Público do Estado de São Paulo (APESP) e no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Nesse momento, foram encontrados mapas, registros históricos, fotografias, projetos de leis, cartas, dados sócio-políticos e efemérides do município no período em questão. O material coletado foi organizado e sistematizado e, posteriormente, ordenado em uma linha do tempo.

Num segundo momento de pesquisa foram realizadas visitas de campo e levantamentos complementares, procurando confrontar as informações obtidas na etapa anterior a fim de identificar quais foram os acontecimentos de maior relevância que ilustram a hipótese inicial. Também nessa etapa foi feito o redesenho dos mapas obtidos na etapa anterior, para facilitar

a leitura do crescimento de Jacareí durante o séc. XIX para, por fim, indicar quais foram os aspectos que nortearam as premissas e justificativas tomadas pela elite cafeeira para o ordenamento do espaço urbano em Jacareí.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 SOCIEDADE JACAREIENSE NO SÉC. XIX.

A vila de Jacareí apresentou, assim como outras vilas situadas ao longo do Vale do Paraíba, significativo crescimento durante o séc. XIX, dando estrutura às transformações que seguiram no séc. XX, com a chegada da industrialização. Ocorreram diversos fatos que evidenciam a maneira como a elite cafeeira tratou o espaço urbano no período em estudo. O surgimento de políticas de ordenamento urbano que visavam estabelecer diretrizes de ocupação para toda essa nova população tornaram-se cada vez mais comuns em discussões nos órgãos de poder. Para que haja uma compreensão da problemática abordada foram pesquisados números que ilustrassem este surto populacional. Reunindo informações de diferentes fontes como os Maços Populacionais da Vila de Jacarehy, os escritos de Daniel Pedro Müller e o Recenseamento Imperial - localizados no Acervo Público do Estado de São Paulo (APESP) - a historiadora Ana Luiza do Patrocínio apresenta em seu trabalho “Jacareí Quotidiano & Sociedade, de 1840 a 1870” (2012), um completo panorama social da vila no período abordado, evidenciando o crescimento da população de Jacareí, conforme Quadro 1.

Ano	Branços	Mulatos libertos	Escravos	Total
1836	6249	-	1996	8245
1846	4527	-	-	-
1855	4576	-	1479	6108
1870	8408+	-	1592	10.000+
1872	8620+	-	1574	10194

Quadro 1: Levantamento populacional de Jacareí. Fonte: Patrocínio (2012)

O viajante militar e cartógrafo Daniel Pedro Müller, ao passar pela vila de Jacareí em 1836 registrou na sua obra “Ensaio d'um quadro estatístico da província de S. Paulo” (1978) um breve panorama da divisão espacial da vila, bem como a divisão política:

Todo município se divide em: 1º Districto da Villa, 54 quarteiroens, 2º districto em Santa Branca 17. Juiz municipal 1, Juizes de paz (em exercício) 2, Juizes de facto (que podem ser eleitos) 70, Advogados 5, Promotor, Escrivão. N'este

districto se cultivava bastante café, alguma cana de assucar [sic.], algodão e mantimentos. Não tem terrenos devolutos. Residem neste districto 5 sacerdotes (clero secular), 1 cirurgião e 175 pessoas que sabem ler e escrever e tem decente subsistência. (MÜLLER, 1978, p.45-56)

Patrocínio (2012) ainda apresenta um panorama das profissões presentes na vila baseando-se nos escritos de Müller e nos Almanques Provinciais, ilustrando o crescimento ao longo do séc. XIX, conforme Quadro 2. Evidencia-se o aparecimento de profissões e negócios, que apontam para um incremento e sofisticação da sociedade urbana, como professores de piano, banqueiros e capitalistas, presença de hotéis e fábrica de chapéus.

Ano	Categoria
1836	1 boticário, 1 músico, 1 marceneiro, 5 carpinteiros, 1 ferreiro, 1 ourives, 1 oleiro, 5 tecelões, 1 pedreiro, 7 alfaiates, 8 sapateiros, e 1 professor de 1ª letras.
1873	6 capitalistas, 1 banqueiro, 28 fazendeiros, 11 proprietários, 3 advogados, 2 advogados provisionados, 1 guarda-livros, 4 médicos, 2 farmacêuticos, 2 professores particulares de 1ª letras, 3 professores de piano & música, 3 alfaiates, 2 aradores, 1 barbeiro, 1 carteiro, 5 carpinteiros, 1 colchoeiro, 1 fábrica de chapéus, 1 fábrica de descaroçar algodão, 3 ferradores, 4 ferreiros, 2 fogueteiros, 3 funileiros, 3 hotéis, 2 marchantes, 2 marceneiros, 2 mestre-tapeiros, 2 olarias, 2 padarias, 1 pedreiro, 1 tintureiro e 1 violeiro.

Quadro 2. Panorama das profissões de Jacareí no séc. XIX. Fonte: Patrocínio (2012).

Nos dois séculos abordados neste estudo, Jacareí consolidou-se pela ação de uma elite capaz de financiar seu crescimento, ao passo que a região apresentou o primeiro grande surto populacional. A elite cafeeira foi a primeira a instalar-se efetivamente no ambiente urbano. Segundo Lemos,

O cafeicultor do café, por fim, definiu-se como um agricultor diferenciado, mais parecendo um homem da cidade, e logo na sua segunda geração tornou-se um ser urbano sempre com outras ocupações, e foi igualmente médico, advogado, engenheiro, banqueiro, jornalista, especulador na bolsa e industrial. Frequentemente com um pé na Corte. Foi também político, influenciando também nos destinos do recém-fundado império. (LEMOS, 1999, p. 136)

Dentro desse novo contexto urbano e durante o período abordado na pesquisa, quatro barões residiram em Jacareí, bem como diversos coronéis e um alferes. Nesse contexto podem ser destacados os personagens da família Machado, família Lopes Chaves e família Leitão, que influenciaram diretamente no ordenamento urbano de Jacareí. Bento Lúcio Machado, o primeiro Barão de Jacareí, nasceu em Jacareí em 1790. Figura sempre retratada pelos historiadores como um grande benemérito da cidade, Bento Lúcio, segundo Prado (2017), foi agraciado com os títulos de Barão em 6 de dezembro de 1848 e Barão com

Grandeza em 3 de dezembro de 1852 “...o que lhe autorizava a usar, em seu brasão de armas, a coroa do título de visconde. [...] Tinha vários direitos, como poder receber o Imperador e se manter com a cabeça coberta em sua presença” (PRADO, 2017). Além disso, foram-lhe atribuídas diversas honrarias, tais como “Oficial da Guarda Imperial de Honra”, “Comendador da Imperial Ordem de Cristo” e “Oficial da Imperial Ordem da Rosa”. Ainda segundo Prado (2017), o primeiro Barão de Jacareí possuía uma das maiores fortunas da região, bem como uma influente presença na corte real, já que era amigo pessoal de Rafael Tobias Aguiar, marido da Marquesa de Santos, tendo conhecido pessoalmente os dois imperadores. Sua genealogia descende do Capitão Salvador Machado de Lima e Anna Maria da Conceição Nogueira. Além de Bento, o casal teve o filho Cláudio José Machado, capitão-mor da Vila que recepcionou o Imperador D. Pedro I em 22 de agosto de 1822. Lencioni (2015) remonta o episódio:

O Major Francisco de Castro Canto Melo, que acompanhou o Príncipe Pedro na sua Viagem, descreveu que, deixando Taubaté “ Veio daí a Jacareí, onde ao chegar foi encontrado por grande número de cavaleiros, a cuja frente achavam-se o capitão-mor, seus irmãos e cunhado, o capitão-mor da vila de Jacareí Cláudio José Machado. (LENCIONI, 2015, p.97-98)

Segundo Prado (2017), Bento Lúcio Machado foi casado com Joaquina Angélica de Toledo Barreto e não deixou descendentes. Faleceu aos 67 anos no dia 8 de novembro de 1857, e a baronesa em 18 de março de 1861. Tanto o barão quanto a baronesa foram sepultados na Matriz da Imaculada Conceição.

O Alferes João da Costa Gomes Leitão talvez tenha sido uma das figuras mais polêmicas e influentes na vila de Jacareí durante boa parte do séc. XIX. Segundo Queiroz (2006), nasceu em 1805 na cidade de Braga, Portugal, filho de Josefa Maria Leitão e Domingos da Costa Gomes que vivia como tropeiro de carga que percorria toda a extensão do vale do Paraíba transportando café. Pouco é sabido sobre Leitão, até aparecer por volta de 1840, já casado com Maria da Conceição, sobrinha do 1º Barão de Jacareí, segundo Prado (2017). Nesse período, Gomes Leitão já aparece como um grande senhor de propriedades em todo Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e Santos. Ainda segundo este autor, sua fortuna deve ser atribuída à prática de agiotagem e ao tráfico de escravos, motivo que talvez o tenha impedido de receber um título nobiliárquico. O farmacêutico e abolicionista Sampaio (1890) relata que

os actuaes possuidores de escravos de Jacarehy, conhecem perfeitamente que aquella cidade era o depósito de africanos que eram trazidos da costa d'Africa, depois da lei, para serem ilegalmente vendidos como escravos. A maior parte das culturas de Jacarehy, tiveram por origem o tráfico immoral e indecente de africanos. Todos sabem que o maior traficante de escravos que

teve a província de S. Paulo, foi o celeberrimo João da Costa Gomes Leitão, que deixou uma fortuna grande que dá hoje para tudo, até para se torcer a justiça. (SAMPAIO, 1890, p.55)

Patrocínio (2012) comenta que em seu inventário consta que em 1879, ano de sua morte, Leitão possuía mais de duas centenas de escravos, inúmeras propriedades na região somando um valor aproximado de 7.000:000\$000 (sete mil contos de réis).

4.2. CRESCIMENTO URBANO: ESPACIALIZAÇÃO DA ELITE E DAS OBRAS PÚBLICAS NO SÉC. XIX

A partir de pesquisa realizada no Acervo Público de Jacareí, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, na Instituto de Estudos Brasileiros da USP, na Biblioteca da Mitra Diocesana, foram encontradas pelo menos três cartografias que puderam servir como base para estudar o desenvolvimento do traçado urbano de Jacareí. O redesenho do mapa na figura 1 foi feito com base na cartografia realizada por Arnaud Julien Pallière² em 1821, a mando do rei D. João VI. Nesse mapa é possível averiguar que a vila inicia seu assentamento formal na margem direita do rio Paraíba do Sul.

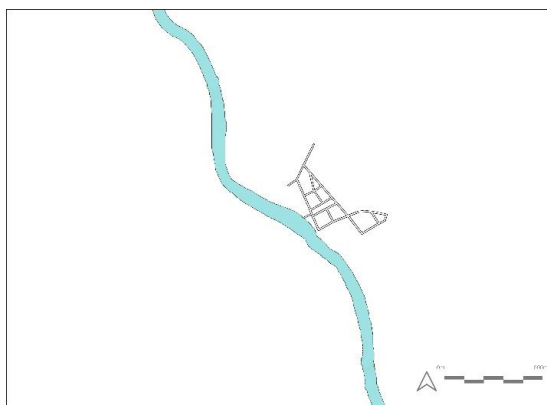


Figura 1. Arruamento urbano aproximado da Vila de Jacareí (1821). Fonte: redesenho do autor a partir do mapa de Arnaud Julien Pallière.

Já na figura 2 nota-se que este assentamento se deu sobre uma pequena colina. A imagem é uma aquarela feita por Thomas Ender³ às margens do Rio Paraíba do Sul, em 1817, mostrando a Vila de Jacareí. Nela ainda é possível identificar a igreja Matriz “voltada de costas” para o rio. A vila nesse período contava com menos de uma dúzia de quarteirões.

² Arnaud Julien Pallière (Bordeaux, França 1784 - idem 1862) Litógrafo, aquarelista, decorador e professor francês vindo para o Brasil durante a missão francesa em 1817. In Arnaud Julien Pallière. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22523/arnaud-julien-palliere>>. Acesso 10 maio 2018.

³ Thomas Ender (Viena, Áustria 1793 - idem 1875). Pintor, aquarelista, gravador e desenhista. Em 1817, vem ao Brasil na Expedição Científica de História Natural que acompanha a comitiva austríaca in Thomas Ender. Disponível em <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa11773/thomas-ender>> Acesso 10 maio 2018

Desde sua fundação é possível observar como a cidade estabelece uma estreita relação com as águas desse rio. No decorrer do século XIX uma série interações com o rio podem ser evidenciadas, desde a construção de pontes até a mudança do próprio leito do rio, sob a vontade humana.

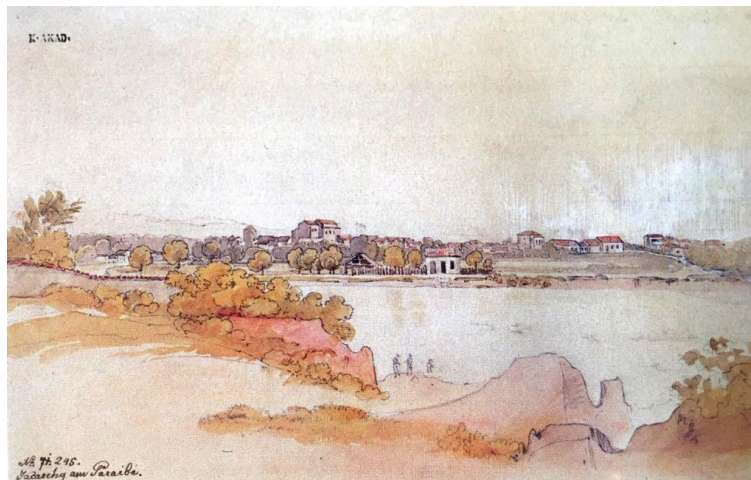


Figura 2 - Thomas Ender. Jacareí e Paraíba, 1817. Aquarela, Academia de Artes de Viena, Áustria. Fonte Tirapeli (2015)

Saint-Hilaire (1822) relatou que

Jacareí fica situada à margem do Paraíba entre este rio e uns pântanos. É mais importante do que Pindamonhangaba e São José, mas parece pouco habitada. Vêem-se algumas casas térreas, mas também conta a fila de grande número de prédios muito pequenos e que só demonstram miséria. A igreja paroquial, construída de taipa, é bem grande, mas pouco ornamentada; não está caiada, nem por dentro nem por fora. Duas ou três igrejas, uma na cidade e outra fora, são tão pequenas que apenas merecem que delas se faça menção. [...] Atravessa-se o Paraíba em canoa. Pagam-se dois vinténs por pessoa, quatro pelos burros e cavalos, embora sejam eles obrigados a atravessar a nado, e afinal dois vinténs pela carga de cada animal. (SAINT-HILAIRE, 1822, p.95)

Como mostrado anteriormente, o incremento social também se refletiu no que tange às próprias proporções da cidade. Por volta de 1850, a vila de Jacareí contava com mais de uma dezena de bairros. Através de um inventário realizado pelo jornalista João Batista Dennis Netto (1996) foi possível a construção do redesenho do traçado urbano de Jacareí na segunda metade do séc. XIX, na figura 3. Segundo Lencioni (2015), a porção mais importante do núcleo urbano, onde se assentavam os grandes fazendeiros, ficava próxima ao largo da Matriz e ao largo do Rosário. A presença de uma ponte sobre o rio é destaque nesse contexto.

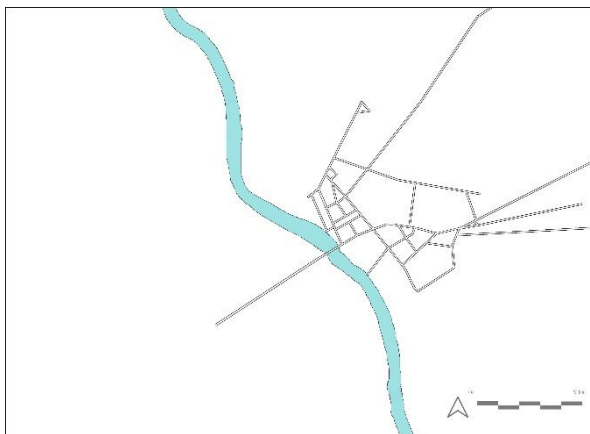


Figura 3 - Arruamento urbano aproximado da Vila de Jacareí na segunda metade do séc. XIX, antes da mudança do leito do rio Paraíba do Sul. Fonte: redesenho do autor a partir do mapa de João Batista Dennis Neto.

Em suas pesquisas nas atas da Câmara Municipal de Jacareí, Lencioni (2015) mostra que o capitão-mor Claudio José Machado e Manoel Rodrigues Munhoz propuseram ao governo provincial em 1820, sem sucesso imediato, a construção de uma ponte sobre o rio. Somente quatro anos mais tarde, no dia 17 de novembro de 1824, o tenente Rafael Tobias de Aguiar, então presidente da província, retoma o projeto de construção da ponte conforme solicitado por Machado e Munhoz em 1820.

Ainda segundo Lencioni (2015), apesar dos dirigentes da vila terem recebido o aval para início das obras, ainda havia dúvidas de onde implantá-la. O assunto perdurou por anos na Câmara Municipal. Finalmente em 1855, a pedido do governo provincial, houve a visita do tenente Luiz José Monteiro e do engenheiro Marcelino Gerard para dar cabo ao assunto. A decisão final de onde seria implantada a ponte, contudo, mostrava discordância entre o governo da província e a Câmara Municipal. As autoridades locais propunham que a ponte fosse implantada em um local onde seriam necessários onerosos aterros⁴. A resolução final do governo provincial foi que se a Câmara Municipal arcasse com os custos extras de aterrados, a ponte seria construída próximo à igreja Matriz, onde, aliás, foi construída e permanece até a atualidade. Desse modo, o governo da província ficaria isento de qualquer despesa imprevista.

Nesse caso, que os custos para o aterro seriam da Câmara “se entender que não opõe ele à segurança da obra e se alguns proprietários de Jacareí do crédito e da fortuna se obrigarem, por um termo passado na Câmara, a fazer os aterrados. ”. (LENCIONI, 2015, p. 106)

⁴ Apesar dos esforços de pesquisa, não foi possível identificar o local onde as autoridades do governo provincial propuseram a construção da ponte.

A ordem provincial definiu que o responsável pela obra determinasse um local para a construção e que fosse “feita com segurança, economia em atenção ao embelezamento da cidade” (LENCIONI, 2015, p.107). Feitos os devidos acordos, apenas em 1857 as obras estavam em curso e bastante adiantadas, sendo finalizadas em fevereiro de 1858. Tem-se como hipótese de que a construção de tal ponte e principalmente a sua localização tenha sido motivado por interesses particulares do Alferes João da Costa Gomes Leitão. Essa obra pode ser tomada como início de uma movimentação política de seus interesses particulares sobre a configuração do tecido urbano. Ao mapear as principais construções da vila (figura 4), é evidente o posicionamento estratégico da ponte em relação aos interesses de Leitão. No mapa mostrado na figura 4, abaixo, os itens 8 e 9 ilustram duas importantes propriedades urbanas: sua residência principal, o solar concluído em 1857, e uma de suas fazendas, que em meados do séc. XX ficaria conhecida por Chácara Xavier.

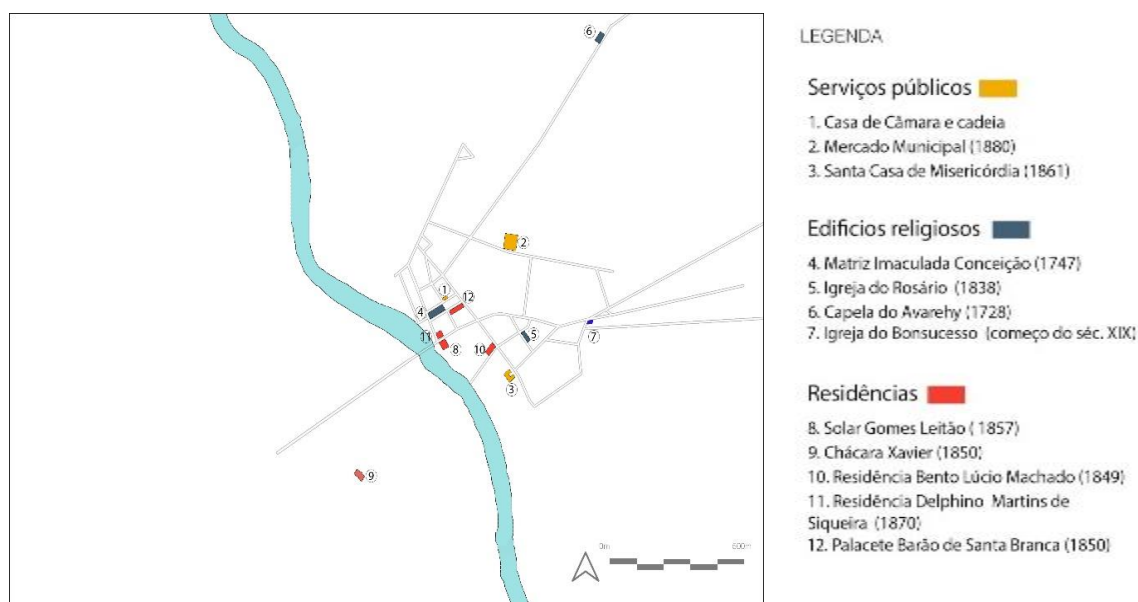


Figura 4 - Espacialização de principais edificações urbanas em Jacareí na segunda metade do séc. XIX, antes da mudança do leito do rio Paraíba do Sul. Fonte: Desenho do autor a partir do mapa de João Batista Dennis Neto.

Sobre o solar, Queiroz (2006) afirma:

O Solar Gomes Leitão está localizado na antiga “Rua da Ponte”, na região central de Jacareí. [...]. Edificado em 1857 por João da Costa Gomes Leitão o sobrado representa bem a mistura das tradições coloniais e os elementos do neoclássico, em taipa de pilão e pau-a-pique, construído em dois pavimentos. [...] De acordo com dados levantados no inventário do antigo proprietário é possível percebermos a luxuosidade e riqueza que tal prédio ostentava. (QUEIROZ, 2006, p.82-83)

E ainda sobre a Chácara, o inventário de Leitão resgata características da propriedade no período estudado

Declarou o inventariante ter ficado pertencente ao monte dos inventariados numa Chácara além do Rio Parahyba cercada de taipas com caza de morada com porão, dois quintões a (...) hum pasto úmido, chácara e todas as cazas que se achão [sic] dentro da mesma chácara. (apud QUEIROZ, 2006, p.85)

Deve-se atentar que a data de conclusão do solar e do término das obras da ponte são muito próximas: final de 1857 e fevereiro de 1858. Sabendo que no período das discussões sobre a implantação da ponte, Leitão ocupava o cargo de juiz de paz e que sua construção no exato eixo entre suas duas principais propriedades beneficiaria o cafeicultor, e sendo ele um dos que financiaram os custos extras com aterrados, é lícito pensar que Leitão tenha investido esforços para a implantação da travessia naquele lugar. Como será apresentado mais adiante, anos antes aquelas margens já vinham passando por uma intensa mudança. Apesar de se tratar de registro fotográfico realizado mais meio século depois, em 1928, a imagem abaixo evidencia a proximidade entre as propriedades de Leitão e localização estratégica de uma ponte entre elas. Abaixo, em destaque, no círculo 1, a residência de Delphino Martins de Siqueira, localizada em frente ao Solar Gomes Leitão, que não aparece no enquadramento. No círculo 2, a Chácara Xavier, também propriedade de Leitão e, no círculo 3, a ponte recém construída

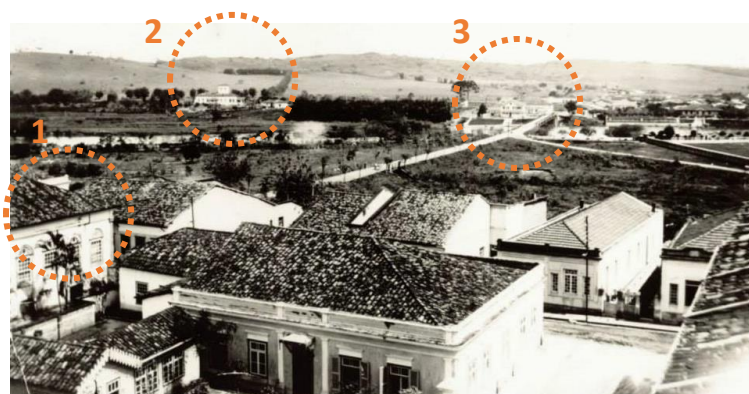


Figura 5 - Fotografia mostrando a proximidade entre as propriedades de Leitão e a ponte. Fonte: Arquivo Público da Fundação Cultural de Jacareí.

4.3 O “FURADO”

O Rio Paraíba do Sul serpenteia pelo Vale do Paraíba desde seu início, na confluência dos rios Paraibuna e Paraitinga, nos arredores de Jacareí, até a sua foz em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro. São comuns a presença de grandes meandros em seu trajeto. Retrocedendo alguns anos da discussão anterior, tais meandros provocaram intensos e acalorados debates junto aos órgãos de governo por volta dos anos de 1850: a mudança de parte considerável de seu leito. A historiografia mostra que no meio do séc. XIX surge em

Jacareí a ideia de se mudar o trajeto do rio Paraíba do Sul devido a enchentes que vinham acontecendo na vila desde meados do séc. XVIII. Voltando seis anos antes da conclusão do Solar Gomes Leitão e da obra da ponte, as transcrições dos Ofícios Diversos da Câmara Municipal de Jacareí feitos por Patrocínio (2012) mostram que no ano de 1851,

[...] houve uma enchente em fevereiro. E propôs-se a mudança do curso do rio, encaminhando-se pelo terreno do Alferes Leitão, do lado de cima da dita ponte⁵ para evitar grande tortuosidade. Não obstante a falta de informação e autoridade mandou o proprietário Leitão, Cláudio José Franco e outros trabalhadores a abrirem um canal para mudar o rio. Logo viu-se impedido pela grande quantidade de abundância de água e vedou a continuação. Pede-se providências mandando proceder sobre a utilidade daquela mudança alguma vantagem e prejuízos para a comunidade [...]. (PATROCÍNIO, 2012, p.147)

O trecho acima trata de um ofício da Câmara Municipal de Jacareí, datado de 06 de março de 1851, direcionado ao governo da província. O terreno citado era a chácara de Leitão, referida anteriormente. Apesar de parecer pouco plausível a mudança do leito de um rio caudaloso como o Paraíba do Sul em pleno século XIX, a obra de fato aconteceu devido à vontade e persistência, em específico, do Alferes Leitão. Apesar da historiografia, em geral, mostrar tal feito como um ato arrojado e nobre para a cidade, as evidências apontam para uma ação de cunho particular e polêmica quando confrontada cronologicamente com outros acontecimentos, tal como ao desenrolar da construção da ponte que vinha acontecendo há alguns anos. Fato é que a proposta fora contestada por parte dos munícipes. Diversos autores mostram que o 1º Barão de Jacareí, Bento Lúcio Machado, tentou por diversas vezes contestar e embargar a obra. Estava montado aí, sobre o território urbano jacareiense um evidente jogo de interesses. De um lado, o Barão de Jacareí, e do outro, o Alferes Leitão. Segundo Lencioni (2015), quatro dias após a expedição do ofício acima mencionado, em 10 de março de 1851, o barão de Jacareí entra com um pedido de embargo, alegando que a mudança do rio traria prejuízo para a vila e a si mesmo. Como mostra Patrocínio (2012),

(...) Diz o Barão de Jacarehy, que estando presentemente [sic] o inspetor da Estrada Geral abrindo hum furado para novo encanamento do Rio Paraíba, direcção que desvia extraordinariamente o rio da povoação em reconhecido prejuízo público, e especialmente do suplicante, porque o seu prédio por onde passa o Parahýba perde consideravelmente valor, como tudo se mostrará a

⁵ Este Ofício refere-se ao projeto de construção da ponte, uma vez que esta só ficou pronta em 1858.

seu tempo, vem requerer a V. Sa. Mandado de Embargo em dita obra. (PATROCÍNIO, 2012, p.147)

Ao afastar o rio de seu imóvel, o solar do Barão de Jacareí saíria de uma lógica de ocupação constante em todo o vale do Paraíba. Era comum que os grandes proprietários, por volta da primeira metade do século XIX, construíssem suas principais moradias urbanas próximo a cursos d'água devido a um simples motivo: a ausência de água encanada. Como exemplo, pode-se citar o Palacete Visconde da Palmeira em Pindamonhangaba, o Solar Conde de Moreira Lima em Lorena, o Solar Aguiar Vallim em Bananal. Todos construídos por volta de 1850 e muito próximos a rios. Em Jacareí não foi diferente.

Entende-se por “furo” ou “furado”, uma obra de engenharia que elimina o meandro de um rio através da abertura de um canal entre as extremidades da curva de um meandro, retificando-o. No caso em questão, a obra poderia afastar o perigo de desbarrancamento próximo à Igreja Matriz e o perigo de novas enchentes nessa porção da vila. Citando Lencioni (2015), “o rio encostava-se ao barranco atrás da Igreja Matriz. Fazia um meandro, para depois retornar a esquerda e continuar seu curso (...) a ação do rio Paraíba solapando o barranco atrás da Igrejinha da Matriz foi motivo de preocupação dos primeiros moradores”. Tanto o Alferes Leitão quanto o Barão de Jacareí, viriam a construir suas residências próximo ao rio. Cronologicamente, o Barão de Jacareí termina seu solar por volta de 1849, e o Alferes Leitão quase 10 anos depois, em 1857. Ambos muito próximos um do outro. Contudo, o terreno de Leitão estava mais próximo ao ponto em que o meandro do Paraíba avançava sobre a cidade e, portanto, mais próximo a riscos de desbarrancamentos e enchentes, conforme a figura 5.

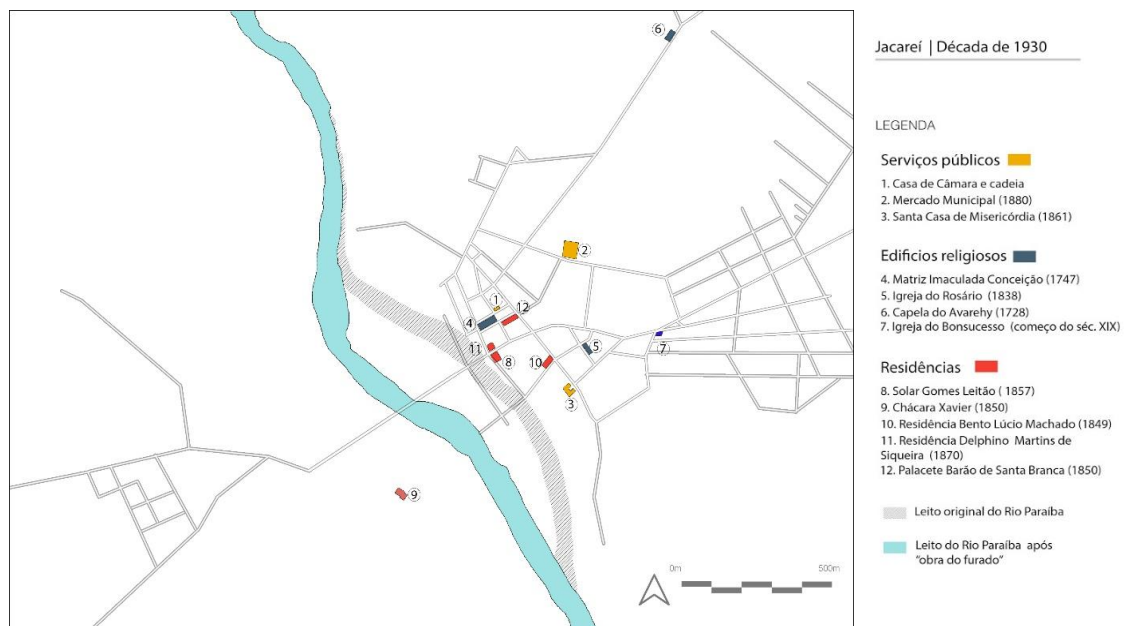


Figura 6 - Comparação entre o leito original e o novo leito do rio Paraíba do Sul e arruamento de Jacareí na Déc 30. Fonte: Desenho do autor a partir do levantamento de João Batista Dennis Neto, no mapa de perímetro urbano de Jacareí em 1939 confeccionado pelo Instituto Geográfico e Geológico disponível no Acervo Público do Estado de São Paulo.

Apesar das dificuldades “pela grande quantidade de abundância de água” (PATROCÍNIO,2012, p.140) e tentativas de embargo pelo Barão, a obra seguiu. Patrocínio (2012) mostra outro ofício da Câmara Municipal relatando que próximo ao dia 25 de fevereiro de 1853 “ocorreu uma enchente (...) Esta foi pior que há de dois anos antes porque o rio subiu três dias seguidos. Uma fatia da cidade baixa ficou inundada, precisando muito de balsas e canoas”.

No relato de Lencioni (2015), enquanto a obra estava em pleno curso, o Barão de Jacareí tenta uma nova investida contra o feito, oferecendo “à Irmandade⁶ uma quantia de 1:000\$000 (um conto de réis) se ela conseguisse voltar o Rio Paraíba ao seu leito antigo”. A imagem abaixo trata-se de uma panorâmica tirada por volta de 1950 e mostra o Solar Gomes Leitão (1), a localização do Solar Bento Lucio Machado, demolido em 1947 (2), a Igreja Matriz (3), a sede da Chácara Xavier (4) e o curso original do rio (5). Nela é possível observar como o rio Paraíba do Sul estava mais próximo, e portanto oferecendo maiores riscos, ao Solar Gomes Leitão.

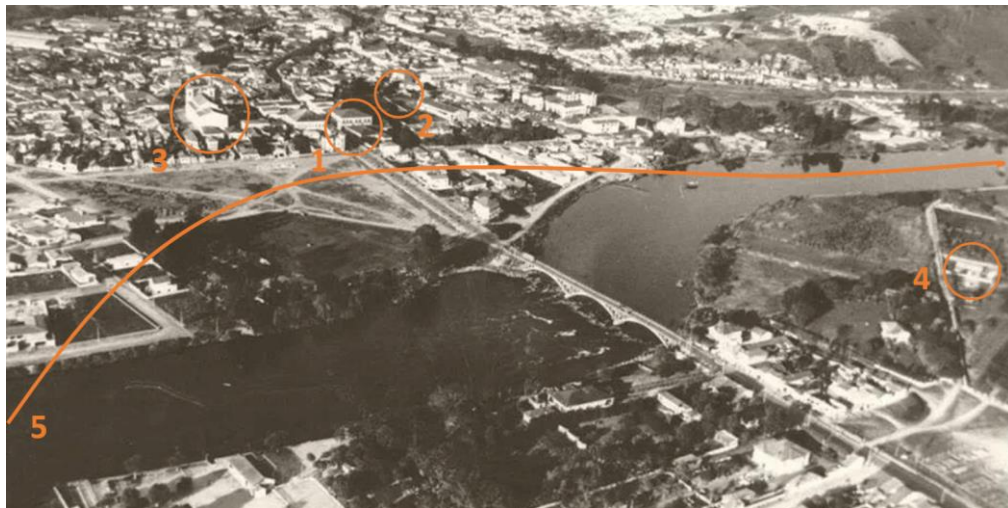


Figura 7 – Fotografia aérea do perímetro urbano de Jacareí por volta de 1950. Em destaque o curso original do Rio Paraíba do Sul. FONTE: Arquivo Público da Fundação Cultural de Jacareí.

4.3 O “FURADO”

Não foi possível estabelecer com precisão quando a obra foi concluída. Entretanto, levando em consideração os eventos descritos anteriormente sobre a construção da ponte e confrontando as documentações e datas apresentadas, a data de conclusão do furado está em torno de 1857-58. Embora sejam eventos distintos que ocorrem quase simultaneamente, o que evidencia um grande interesse das autoridades locais sobre este território, em especial

⁶ Trata-se da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, da qual Leitão e Bento Lúcio Machado eram os principais beneméritos. As Santas Casas contavam com grande prestígio junto aos governos provinciais.

ao então juiz de paz, o Alferes Leitão. No ano de 1857, o Barão de Jacareí morre e o Alferes Leitão vê-se livre das acusações. Mas o desfecho ainda estaria longe de acontecer. Fato é que os ofícios apresentados posteriormente a essa data estão relacionados a um novo problema: o rio tentaria voltar ao seu leito original. Conforme mostra Patrocínio (2012), em 7 de outubro de 1859 a Câmara Municipal relata ao governo da província que o rio insiste em tentar retomar seu leito original, de forma que sua correnteza estava tomando a direção das bases da ponte de pedra, ocasionando um certo risco a sua estrutura.

A pesquisa de Lencioni (2015) complementa a fala de Patrocínio, mostrando que no ano de 1863, quando o Alferes Leitão era presidente da Câmara. O assunto volta à baila, sendo pauta de grande preocupação nas discussões do dia 12 de outubro, fazendo com que a Câmara Municipal pedisse à província a visita de um engenheiro para avaliar as condições da ponte e da própria mudança do leito do rio. Ainda segundo o autor, em 1864, a câmara ainda demonstrava preocupação em relação a situação, havendo ofícios dos dias 20 de fevereiro e 3 de novembro assinados pelo próprio Leitão, pedindo novamente providências ao governo provincial.

O assunto perdura na câmara entrando em discussão e sendo objeto de novos ofícios de mesmo caráter nos anos de 1865 e 1867. Lencioni (2015) mostra que somente no ano de 1870 o Inspetor Geral das obras públicas do governo provincial informou à Câmara Municipal que o engenheiro Dr. Aristides Galvão de Queiroz iria a Jacareí para estudar o problema e a direção que o rio deveria tomar. Muito provavelmente, não houve de fato uma resolução do problema, ou as medidas tomadas foram inúteis. Patrocínio (2012) mostra através da transcrição de outro ofício da Câmara Municipal, dezoito anos depois, de 14 de novembro de 1877, que afirma que

...o rio continua a produzir desmoronamentos na margem do lado desta cidade e ultimamente com tanta força que faz um recôncavo. Nesse andar, pois é lógico que dentro em pouco tempo este desmoronamento alcance o leito primitivo. (PATROCÍNIO, 2012, p. 149)

Provavelmente, como mostra Lencioni (2015), o problema só foi resolvido por volta do ano de 1883 sendo necessária a construção de uma barreira de proteção de 250m de extensão na margem do rio. O próprio Alferes Leitão não chegou a ver o desfecho da história, falecendo em 29 de abril de 1879.

Deve-se observar que a mudança do leito do rio numa extensão de cerca 310 metros, aconteceu em um período decisivo nos negócios pessoais de Leitão. No ano de 1850, devido a pressões vindas principalmente da Inglaterra, o Partido Conservador passou a defender o

fim do tráfico negreiro, exigindo uma posição imediata do governo imperial. No dia 4 de setembro do mesmo ano foi outorgada a Lei Euzébio de Queiróz, que barrava qualquer tipo de importação ou exportação de negros, atingindo a principal atividade comercial de Leitão. Sete anos mais tarde, em 1857, mesmo ano em que terminava a construção do Solar Gomes Leitão, um novo fato reestruturaria os negócios de Leitão. Nesses anos, o império passou por uma crise comercial que teve início a partir de 1850, impulsionada pela escassez de crédito para financiamento das atividades agrícolas. Nesse momento, segundo Maringoni (2011), a oferta de crédito passou a ser feita por grandes comerciantes e traficantes de escravos.

Coincidência ou não, fato é que o Alferes instalou uma casa bancária em seu recém construído solar. Salientado por Patrocínio (2012), nesses anos Leitão emprestava dinheiro mediante hipoteca de escravos e propriedades. A autora ainda afirma que, concomitantemente, Leitão se dedicou a investimentos em suas propriedades rurais.

Quanto ao furado, as fontes não são conclusivas em relação ao porquê de tamanho empenho em uma obra de engenharia de tal complexidade. Como mostrado, o período foi marcado por uma reestruturação das atividades exercidas por grande parte da elite, e o excedente de capital gerado necessariamente precisava ser investido em algum setor. No caso de Leitão, sua retomada se deu a partir de investimentos em transportes e negociações comerciais. Curiosamente em 1871, Leitão recebe título de uma concessão junto ao governo da província para realizar o transporte fluvial entre Jacareí e Lorena, via rio Paraíba. Segundo Queiroz (2006), o rio Paraíba foi durante o séc. XIX uma importante via de tráfico de escravos e de escoamento da produção de café. Ao mesmo tempo, Leitão também investia em outras soluções de transporte. Por exemplo, no financiamento, conjuntamente com o Conde de Moreira Lima, da Estrada de Ferro D. Pedro II, entre São Paulo e Rio de Janeiro, que teria suas obras iniciadas em 1869.

Não se pode determinar ao certo a relação entre a obra do furado e a concessão de transporte sobre o rio. Entretanto Queiroz (2006) argumenta que o empenho de Leitão em mudar o curso do rio teve por intuito afastar o risco de alagamento do seu Solar e, ao mesmo, tempo aproximar as águas do rio de sua chácara “beneficiando plantações, criações, o uso de maquinários, o transporte de produtos e até mesmo o descarte de lixo” (QUEIROZ, 2006, p. 78). Apesar de parecer uma justificativa de caráter extremamente pessoal, de fato ao analisar as cotas altimétricas⁷ de implantação das propriedades de Leitão e do Barão de Jacareí constatou-se que o Solar Gomes Leitão encontra-se aproximadamente dois metros

⁷ GOOGLE. Google Earth. Version Pró. 2018. Jacareí. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/>>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

abaixo de onde se implantava a propriedade do Barão de Jacareí. Portanto, a propriedade de Leitão encontrava-se em maior risco de alagamento.

Outro fator que merece menção é que a data das obras coincidiu com um período em que as câmaras municipais vinham tomando maior autonomia em relação ao governo da província. Patrocínio (2012) comenta que em 1828 o governo da província outorgou a Lei dos Municípios, na qual a responsabilidade de zelar pelas questões de salubridade do ar, cuidados com os órfãos e doentes, bem como a manutenção do asseio, elegância e ordenação do espaço citadino ficou sob o jugo e responsabilidade das câmaras municipais.

No caso de Jacareí, a base propositiva e justificativa de duas das principais obras da segunda metade do séc. XIX — o furado e a ponte — tiveram como princípio justamente o zelo pela salubridade e pela ordenação do espaço público. De fato, é possível evidenciar que a questão da saúde pública permeava discussões nas principais instituições de poder e consequentemente, começava a despontar como uma preocupação entre os membros da elite. Patrocínio (2012) salienta que Jacareí passou alternadamente por sérias epidemias de varíola ou cólera desde 1839, o que serviria de justificativa para afastar o rio da povoação, uma vez que a transmissão da cólera se dá através do contato com águas contaminadas. Já quanto a preocupação em ordenar o espaço público, Patrocínio (2012) mostra que durante o século XIX uma série de medidas foi tomada pela Câmara Municipal, como diversas obras de reforma e conservação da casa de Câmara e Cadeia. Merece destaque também a criação Santa Casa de Misericórdia em 1850, tendo como principais beneméritos as famílias Leitão e Machado. Outra medida apontada é a desativação do cemitério do Bonsucesso, e a construção do cemitério Avarehy em 1871, implantando fora do então perímetro mais ocupado da cidade. Por fim, já no final do séc. XIX, houve a preocupação com a regulamentação urbana, através da promulgação de um Código de Posturas, que legislava sobre as diversas formas de ocupação urbana.

A obra do furado se enquadra neste cenário. É lícito afirmar que a obra tivesse uma motivação sanitaria, como argumenta Patrocínio (2012) e Rodrigues (1953). Entretanto, as motivações particulares de Leitão estavam atreladas principalmente e em primeiro lugar a uma política pessoal de valorização de suas terras conforme procurou-se demonstrar, através das várias evidências levantadas. A obra de uma ponte sobre o Rio Paraíba entra nesse contexto também, uma vez que apesar do válido argumento que a ponte poria fim ao problema da travessia, mais uma vez os interesses de Leitão eram contemplados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa, constatou-se que a segunda metade do séc. XIX foi de extrema importância para a consolidação das cidades do vale do Paraíba. Durante o período ocorreram mudanças de cunho social, político e urbano decisivas para o estabelecimento de vilas e cidades. As relações de poder e de manutenção do *status quo* tornaram-se mais complexas. O surto populacional reconfigurou a estrutura urbana já existente e o enriquecimento de parte da população por conta do café fez com que uma nova elite se firmasse no poder: a elite do café. Como se queria demonstrar, esse grupo social atuou como o principal agente na produção e consolidação do espaço urbano. Através do caso de Jacareí, demonstrou-se que as instituições de poder eram comandadas ou estavam sob orientação das figuras locais mais influentes: no caso, o Alferes Gomes Leitão. É possível evidenciar a presença da figura de Leitão em todos os setores da administração pública. A obra da ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, bem como a mudança de grande extensão do seu leito ilustram como este personagem foi capaz de mudar consideravelmente o desenho urbano jacareiense a partir de seus interesses pessoais.

Patrocínio (2012) salienta que muitas vezes as soluções sobre o espaço público surgiam à medida que os problemas aconteciam e a divergência entre a própria elite evidenciada nos casos apresentados mostra justamente a ingerência do espaço citadino, deixando com que a vontade particular do mais poderoso ou influente se cumpra.

Por fim, a autora afirma que essa tentativa de ordenação do espaço citadino tinha duas motivações: melhorias exigidas pelo crescente número de fazendeiros e a crescente preocupação com o aumento da população que poderia ocasionar problemas de ordem social e sanitária. De fato, tal preocupação permeou as discussões públicas uma vez que elite do café esteve em maior contato com os grandes centros urbanos, onde ocorriam discussões mais abrangentes sobre o ordenamento urbano. Todavia, ao se analisar os eventos descritos acima, é nítido que o interesse em prover o espaço urbano de melhorias para um bem coletivo maior está em segundo plano, dando margem a uma atuação política direcionada ao interesse privado.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. L. D. **Vale do Paraíba, sistemas construtivos**. São Paulo: FAU-USP. 1984.
- BENINCASA, V. **Fazendas Paulista: Arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. Vladimir Benincasa; orientador Maria Ângela P. de C. e S. Bortolucci. São Carlos, 2007.
- D'ELBOUX, R. M. M. **Manifestações neoclássicas no vale do Paraíba: Lorena e as palmeiras imperiais**. São Paulo: Fapesp: Annablume, 2008.

- HOLLANDA, S. B. **Vale do Paraíba: velhas fazendas**. Rio de Janeiro: Sabor literário, 2010.
- LEMONS, C. A. C. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LENCIONI, B. S. **Jacareí - sua história: iniciação ao estudo histórico de Jacareí**. São José dos Campos, Mirian, 2015.
- LUNA, F. V. **Estruturas de posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí (1777 a 1829)**. São Paulo, Instituto de estudos brasileiros, 1988.
- MARINGONI, G. **Império de crises**. Disponível em <
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2572:catid=28&Itemid=23. >. Acesso em maio de 2018.
- MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1980.
- MARX, M. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MOTTA SOBRINHO, A. **A civilização do café**. São Paulo: Brasiliense, 1967
- MÜLLER, N. L. **O fato urbano na bacia do Rio Paraíba**. São Paulo. Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.
- MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- PATROCÍNIO, A. L. **Homens livres, escravos e senhores no município de Jacareí de 1840 a 1870**. São Paulo, SP: PUC, 2003.
- PATROCÍNIO, A. L. **Jacareí: Quotidiano & Sociedade, de 1840 a 1870**. São Paulo: Scortecci, 2012.
- PRADO, F. R. **Jacareí: dicionário ilustrado da Cidade**. Jacareí: Papel Brasil, 2017.
- QUEIROZ, C. P. **Um fazendeiro paulista no século XIX**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965
- REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/ 1720**. 2. ed. rev. ampli. São Paulo: Pini, 2000.
- REIS FILHO, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial: Uspiana-Brasil 500 Anos**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000.
- RODRIGUES, R. **Santa Casa de Jacareí: o primeiro século de existência**. São Paulo, s/ed, 1953.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem do Rio de Janeiro à Minas Gerais e à São Paulo, 1822: Col. Reconquista do Brasil**. v.11. (trad.) Trad. Moreira, Vivaldi. Belo Horizonte, São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1974
- TIRAPELLI, P. **Arquitetura e urbanismo no Vale do Paraíba: Do colonial ao eclético**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo.** Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

ZALUAR, A. E. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861).** São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1975.

Contatos: jpsouza.arquitetura@gmail.com e roseli@mackenzie.br